

União prematuras são um entrave ao desenvolvimento humano

A Assembleia da República (AR) aprovou, no dia 18 de Julho, na especialidade, o Projecto de Lei de Prevenção e Combate às União Prematuras. O documento segue para o Gabinete do Presidente da República que, por força do número 1 do artigo 163 da Constituição da República deve, num prazo de 30 dias, promulgar e mandar publicar no Boletim da República. Trata-se de um instrumento importante para a garantia dos direitos humanos da rapariga porque, segundo o economista e professor universitário, António Francisco, um país com altas taxas de uniões prematuras reflecte um nível muito baixo de desenvolvimento económico e humano. Por seu turno, Joaquim Oliveira Mucar, director de Advocacia Gestão de Conhecimento e Mobilização de Fundos na Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), explica que é que as uniões prematuras constituem um entrave ao desenvolvimento e sublinha que o País perde 62 biliões de Metical anualmente (correspondentes a 10% do PIB) devido à desnutrição crónica.

António Francisco: uniões prematuras reduzem o desenvolvimento
Fale-nos dos efeitos das uniões pre-



António Francisco

maturas no desenvolvimento económico do país. Antes de falar do impacto das uniões prematuras no desenvolvimento económico convém perceber a sua razão de ser, ao longo de milhares de anos. Não foi por mera ignorância, ou vontade de usar e abusar da rapariga. Durante milhares de anos, enquanto as populações tinham uma esperança de vida à nascença que rondava os 30 ou 35 anos de idade, se a mulher não começasse a ter os filhos imediatamente

após iniciar a puberdade, não haveria forma de garantir a reprodução humana. Tinham pouco mais de 15 a 20 anos para garantir ter o número de filhos suficientes que sobrevivessem ao elevado risco de mortalidade infantil. Numa situação de grande mortalidade, no final, a elevada fecundidade visava compensar esse défice.

Assim que a mortalidade começou a ser controlada, sobretudo a mortalidade infantil, começou a aumentar a idade mediana da população. Por exemplo, a idade mediana da população a nível mundial ronda os 30 anos de idade. Ora, em Moçambique, a idade mediana em vez de aumentar baixou de 19 anos em 1950 para 16,6 anos em 2017. Isto pode significar que a mortalidade infantil registou uma diminuição, aumentou a população infantil e adolescente, mas não surgiram condições para as adolescentes encontrarem motivos sociais e económicos para adiarem a idade de terem filhos e casarem. Portanto, o contexto social é muito favorável a que as famílias queiram casar as filhas o mais cedo possível. Ou seja, existem factos económicos, sociais e culturais favoráveis às uniões prematuras. Infelizmente, não existem estudos socio-económicos que avaliem se o impacto das uniões prematuras é mais

negativo do que positivo nas famílias rurais. Obviamente, para a rapariga, a pressão para se envolverem em uniões prematuras significa privá-la de investir na sua formação. Mas como a educação formal não aponta uma alternativa compensadora, em termos de retorno económico a médio prazo, por via de emprego, a tendência das famílias é continuarem a defender a união prematura.

Um país com elevados níveis de uniões prematuras tem ou não condições de atingir um alto grau de desenvolvimento humano?

Um país com altas taxas de uniões prematuras reflecte um nível baixo, muito baixo de desenvolvimento económico e humano. Contudo, à medida que o desenvolvimento humano aumentar, as uniões prematuras vão diminuir.

Qual é o impacto económico do crescimento da natalidade resultante de uniões precoces.

Penso que o impacto maior é a rapariga ficar privada e refém da maternidade, enquanto devia investir na formação profissional e aquisição de oportunidades de sustento mais promissoras do que cuidar dos filhos. Esses filhos que a jovem tem, em idade tão precoce, também irão sofrer a carência de recursos e oportunidade da

mãe, principalmente se o arranjo em que ela fica envolvida é precário, ou até fica como mãe solteira.

Que ganhos económicos Moçambique pode obter se eliminar, na totalidade, as uniões prematuras?

Qualquer país que consegue realizar transformações económicas modernizadoras da economia rural acabará por reduzir e eliminar não só as uniões prematuras, mas também a maternidade precoce. As famílias passam a investir mais na qualidade em vez da quantidade dos filhos. Isso acontece quando a fecundidade transita progressivamente para níveis abaixo de cinco filhos por mulher. Isso já está a acontecer na cidade de Maputo, onde a fecundidade da mulher já ronda os três filhos por mulher.

Penso que um país com problemas de uniões prematuras não deve reduzir o assunto a uma questão de ignorância ou falta de conhecimento. Sim, a educação é crucial para que as pessoas percebam que a união prematura não é a via adequada para o bem-estar, mas simultaneamente devemos reconhecer que é fundamental ampliar as oportunidades dos jovens, sobretudo da rapariga, para poder encontrar alternativas economicamente mais viáveis à maternidade.